

Notas sobre famílias e desigualdade social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 1991 *

Rosa Ribeiro

Um dos fenômenos mais destacados nas análises da situação social do país, na década de 80, foi o do aprofundamento dos níveis de desigualdade social. As grandes metrópoles brasileiras constituíram, nesse período, os cenários privilegiados de ocorrência desse fenômeno. Ao final da década, entre todas as Regiões Metropolitanas do país, a do Rio de Janeiro se situava entre as que apresentavam os índices de Gini¹ mais elevados, 0,641, segundo Sabóia (1991). Só em Recife e Salvador foram encontradas desigualdades mais intensas do que essa. Em 1991, o índice para o Rio de Janeiro tinha se reduzido um pouco, mas ainda assim permanecia bastante alto, 0,613.

Quando se fala de desigualdade social pensa-se, em um primeiro momento, na distribuição desigual da riqueza produzida, em uma determinada sociedade, entre aqueles que dela fazem parte. Essa desigualdade, certamente, traduz-se em diferenças, maiores ou menores, entre os indivíduos, não só no que se refere às oportunidades de acesso a bens e serviços necessários à sua reprodução biológica como ao seu bem-estar e desenvolvimento pessoal, ou seja, um conjunto de elementos de definem o que se entende por suas condições de vida.

Níveis acentuados de desigualdade na distribuição da renda, tais como os encontrados No Brasil e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, significam alta concentração da riqueza nos estratos mais ricos, que têm padrões de vida semelhantes ao dos ricos em países desenvolvidos, e extrema carência entre os mais pobres, cujas condições de vida muitas vezes se equiparam às de populações pobres do chamado Terceiro Mundo. Em outros termos, alguns dos membros da sociedade dispõem de uma quantidade de riqueza e de oportunidades advindas dessa riqueza muito maior do que seria esperado, tendo em vista sua participação no conjunto da população, enquanto à maior parte cabe uma

parcela tão reduzida da renda total que   suficiente apenas para manter padrões mínimos de sobrevivência. Por outro lado, os efeitos da desigualdade se fazem sentir não apenas no momento de sua vigência, mas se projetam t mem para o futuro. M s condições de vida em um determinado momento da existência, especialmente se esse momento ocorrer na fase de formação do indivíduo, têm conseqüências que não se restringem apenas àquele período. Na medida em que, por exemplo, chegam a limitar as oportunidades de desenvolvimento pessoal e educacional do indivíduo, suas possibilidades de acesso a ocupações mais qualificadas no mercado de trabalho se reduzem, o que, provavelmente, irá comprometer sua mobilidade em direção a níveis de vida mais satisfatórios.

A questão em torno da qual pretendemos desenvolver aqui nossa reflexão está centrada na relação entre famílias e desigualdade social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no início dos anos 90. Traduzindo-a em termos mais concretos, algumas perguntas essenciais se colocam. A primeira   por que analisar a desigualdade social por meio da família? Para responder a essa questão podemos começar observando como se organiza em seus domicílios a maioria da população e veremos que   em fam lias², a forma tradicional de viver em nossa sociedade contemporânea. Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1991, segundo dados obtidos por meio do Censo Demográfico, apenas 3,9% das pessoas não viviam em família. Moravam s s, residiam em domicílios constituídos por grupos de pessoas sem laços de parentesco ou viviam com famílias na condição de pensionistas ou empregados domésticos.

Por outro lado, se verificarmos qual proporção da população tinha renda própria, seja do trabalho ou de qualquer outra fonte, encontramos que ela representa praticamente metade da população, 51%, o que significa que os outros 49% dependiam dos primeiros para viver. Estes sobrevivem e têm um determinado nível de bem-estar assegurado pela transferência de renda dos que trabalham, transferência esta que ocorre fundamentalmente pela família.   no grupo familiar que se reúnem, principalmente entre seus membros ativos, os recursos necessários   sobrevivência de todos os seus componentes. Esses recursos, uma vez reunidos, são distribuídos no interior da unidade familiar segundo cr terios estabelecidos por ela e podem estar mais ou menos próximos das necessidades de cada um. No entanto, uma vez definidos, nivelam, em certa medida, suas possibilidades de consumo e acesso a bens e serviços. A família funciona, portanto, ao mesmo tempo como geradora e distribuidora de recursos obtidos. A quantidade desses recursos, por sua vez, depende não são do número de pessoas disponíveis para o trabalho, mas de características sociodemográficas como sexo, idade, nível de instrução e qualificação profissional que as posicionam diferencialmente no mercado de trabalho. Além da influência desses fatores,   importante não esquecer que a cada uma das possíveis posições do indivíduo na família – chefe, c njuge, filho – estão associados papéis, construídos socialmente, que funcionam t mem como importantes parâmetros para definição de sua atuação, tanto dentro como fora dela.

Nessas condições, a família funciona como uma unidade de decisão, na medida em que é no seu interior que se define como devem ser utilizados os recursos humanos, físicos e financeiros de que dispõe, de forma a conjugar da melhor forma possível suas necessidades às oportunidades oferecidas pelo mercado, seja ele de trabalho, de moradia ou de consumo. Assim, por exemplo, é no contexto da família que são tomadas decisões sobre quais de seus membros devem participar do mercado de trabalho, quem e por quanto tempo deve freqüentar escola, quem deve se dedicar às tarefas domésticas e várias outras disposições relacionadas ao bem-estar atual e futuro. Esse jogo permanente de construção de possibilidades e oportunidades realizado pelas famílias constitui as chamadas estratégias de vida familiares. Diante desse quadro, fica claro, como já clamaram atenção diversos autores,³ que a posição de cada indivíduo na sociedade depende não apenas de seu desempenho pessoal mas em grande parte da situação socioeconômica de seu grupo familiar.

Quais características das famílias como grupo estão associadas a uma posição melhor ou pior em termos de distribuição da renda, em uma situação em que esta é extremamente desigual, como a da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na última década?

Para examinar essa questão, consideramos cinco dimensões de análise, a partir das quais agrupamos as informações levantadas pelo Censo Demográfico de 1991 em relação às variáveis apontadas pela literatura como relevantes. A primeira se refere à estrutura da unidade doméstica⁴, ou seja, a forma como esta se compõe quanto ao número, sexo e idade de seus membros. A segunda diz respeito às características demográficas do chefe dessas unidades, a saber, a cor e a condição migratória. Na terceira, avalia-se o nível de instrução dos componentes das unidades domésticas. Na quarta, examina-se a participação dos membros da unidade familiar no mercado de trabalho a partir da forma e das condições de sua inserção nesse mercado – número de pessoas que trabalham por unidade doméstica; taxa de atividade, categoria profissional e número de horas trabalhadas pelos chefes, cônjuges e filhos adultos; bem como o ramo de atividade e a posição do chefe na ocupação. Finalmente, a quinta e última dimensão focaliza a formação do orçamento familiar vista mediante participação relativa dos diferentes componentes da unidade doméstica e do valor do rendimento médio de cada um deles.

Antes de analisar cada uma dessas dimensões é interessante avaliar em maior detalhe o tamanho da desigualdade de renda na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, o que pode ser vista na Tabela 1.

Em 1991, a renda média familiar *per capita* dos 10% mais ricos era de 11,9 salários mínimos, enquanto a dos 10% mais pobres era de 0,11, ou seja, a primeira era 108,2 vezes maior que a segunda. Se subirmos na escala de renda, essa diferença se torna maior, os 5% mais ricos ganhavam 153,3 vezes mais e os que estavam entre os 1% mais ricos, 329,7 vezes mais que os mais pobres. Essa enorme diferença se traduz

Tabela 1 – Renda Familiar *per capita* e mediana das unidades domésticas por percentil de renda

Percentil da renda	Valor em dólar		Valor em sal. mínimo		% Renda total	Total de famílias	N. médio de pessoas
	média	mediana	média	mediana			
1+	3.304	2.544	36,3	27,9	12	3.051	2,05
5+	1.536	1.134	16,9	12,4	31	15.302	2,35
10+	579	567	6,4	6,2	44	28.966	2,54
20+	333	321	3,7	3,5	18	31.304	2,92
30+	204	202	2,2	2,2	10	26.646	3,08
40+	144	144	1,6	1,6	8	29.045	3,21
50+	107	106	1,2	1,2	6	28.924	3,33
-50	82	82	0,9	0,9	5	27.766	3,58
-40	62	62	0,7	0,7	4	28.852	3,62
-30	46	45	0,5	0,5	3	29.373	3,72
-20	30	30	0,3	0,3	2	29.661	4,07
-10	10	12	0,1	0,1	1	29.119	3,82
Total	211	94	2,3	1,0	100	289.656	2,94

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

na participa o percentual na renda total dos grupos mais ricos e mais pobres. Enquanto os 10% mais ricos se apropriavam de 44% da renda total os 10% mais pobres detinham apenas 1%.

Quais diferenças encontramos entre essas unidades domésticas, no que se refere   sua estrutura? Inicialmente, podemos ver que há uma diferença quanto ao seu tamanho (Tabela 2). No topo da pirâmide de renda as unidades domésticas são menores; em média, o número de pessoas varia de 2,1 entre os 1% mais ricos a 2,5 entre os 10% mais ricos. Das famílias situadas nessas faixas, 55% ou mais tinham de 1 a 2 componentes.   medida que se desce na escala de renda, aumenta o número de membros das unidades domésticas, chegando a 4,1 na penúltima faixa, a única que tem um tamanho médio superior   média. Observa-se que os 10% mais pobres fogem a essa tendência, na medida em que apresentam um número médio de componentes um pouco menor, 3,8. Essa diferença de tendência ocorre também em rela o a uma série de outras variáveis, como teremos oportunidade de ver. Isso nos faz suspeitar que o grupo que constitui o percentil mais baixo de renda tenha características bastante diferentes do anterior. Embora exista essa distin o observa-se, nos dois estratos, a presença de uma razoável propor o de famílias grandes, com seis ou mais componentes, cerca de 16%.

Por que, em geral, um número maior de pessoas por família estaria associado a uma situa o de maior pobreza? Nessa mesma tabela, o  ndice médio de dependência nos d  uma indica o no sentido da resposta a essa indaga o. Esse  ndice⁵ revela que,

nas unidades domésticas pior situadas quanto à renda familiar, o peso das pessoas potencialmente dependentes é bem maior do que naquelas que estão melhor situadas. Ou seja, nas famílias mais pobres há uma proporção maior de crianças, adolescentes e/ou velhos que, de forma geral, não contribuem para o orçamento familiar e vivem da renda dos membros que trabalham. Por outro lado, vale lembrar que a presença de crianças de baixa idade e, na maior parte das vezes, um fator de restrição ou mesmo de total impedimento para o trabalho da cônjuge/mãe que deixa, portanto, de contribuir financeiramente para o orçamento doméstico. Como podemos ver na Tabela 10, que trata da condição de atividade das pessoas nas unidades domésticas, quase um terço dos componentes das unidades mais pobres era formado de crianças de 10 anos ou menos. Assim, enquanto o índice de dependência nas famílias na faixa dos 10% mais ricos era de 0,30, nas famílias do estrato mais pobre era de 1,01, ou seja, para cada provedor potencial havia pelo menos um dependente. Como veremos mais adiante (Tabela 11), como a média de pessoas que trabalhavam nessas famílias era inferior a 1, essa relação ainda se tornava mais perversa.

Quanto à variação do tamanho das famílias, vale lembrar que ela se devia basicamente à variação do número de filhos residindo no mesmo domicílio que os pais. Isto porque dois terços das unidades domésticas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro eram formados de famílias nucleares, isto é, constituídas apenas por pais e filhos, sem presença de outros parentes.

Tabela 2 – Unidades domésticas por número de pessoas segundo o percentil da renda familiar *per capita*

Percentil renda	Número de pessoas							Total 100%	Média p/família	Índice depend.
	1	2	3	4	5	6 e 7	8 e +			
1+	38,2	35,3	14,2	8,9	3,0	0,4	0,1	3.051		0,20
5+	27,8	34,3	19,3	13,0	4,6	0,8	0,0	15.302	2,35	0,26
10+	22,3	32,9	21,5	16,6	5,5	1,1	0,0	28.966	2,54	0,3
20+	12,6	28,9	26,3	21,7	8,3	2,1	0,1	31.304	2,92	0,38
30+	10,3	27,5	25,5	23,4	9,5	3,4	0,4	26.646	3,08	0,38
40+	8,0	24,1	29,3	23,5	10,2	4,3	0,6	29.045	3,21	0,43
50+	9,4	21,7	25,5	24,6	11,9	5,7	1,1	28.924	3,33	0,44
-50	5,5	19,9	26,2	24,3	14,3	8,1	1,7	27.766	3,58	0,52
-40	8,2	16,7	25,2	25,0	14,2	8,3	2,3	28.852	3,62	0,57
-30	7,4	17,2	23,4	23,6	16,1	9,5	2,9	29.373	3,72	0,66
-20	1,4	16,8	21,3	27,5	16,6	12,1	4,3	29.661	4,07	0,85
-10	6,6	19,4	22,6	20,4	14,9	11,8	4,2	29.119	3,82	1,01
Total	9,2	22,5	24,7	23,1	12,2	6,6	1,8	289.656	2,94	0,52

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Os dados da Tabela 3 revelam o impacto que a simples presena de filhos, independente de sua faixa de idade, tem sobre a situao de renda da família. De fato, verifica-se, inicialmente, que apenas pouco mais de um quarto, 27,7%, das famílias que estavam no segmento dos 1% mais ricos tinham filhos, proporo que vai aumentando até chegar a 86,4% na penúltima faixa da escala de renda.

Tabela 3 – Famílias por número de Filhos
segundo o percentil de renda Familiar *per capita*

Percentil renda	Número de filhos						Média p/família	Famílias c/ filhos
	1	2	3	4	5	Total		
1+	58,2	32,4	8,6	0,7	0,1	100,0	1,52	27,7
5+	53,9	35,1	9,8	1,0	0,1	100,0	1,58	39,5
10+	51,3	37,6	9,8	1,0	0,3	100,0	1,61	46,9
20	47,8	38,2	11,7	1,7	0,5	100,0	1,69	60,8
30	44,3	38,9	12,8	2,8	1,2	100,0	1,78	63,3
40	46,1	36,1	13,1	3,2	1,5	100,0	1,79	69,5
50	41,1	36,3	15,3	4,6	2,7	100,0	1,93	70,6
-50	38,9	33,6	17,4	6,3	3,8	100,0	2,05	46,8
-40	36,9	34,9	17,2	6,1	4,9	100,0	2,11	77,1
-30	34,6	32,5	19,7	7,4	5,7	100,0	2,22	78,8
-20	29,8	33,8	19,8	8,6	8,0	100,0	2,38	86,4
-10	32,7	29,6	19,3	9,6	8,9	100,0	2,40	83,2
Total	39,3	34,8	16,1	5,6	4,2	100,0	2,04	71,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Em relao ao número de filhos a mesma tendência ocorre.   medida que seu número aumenta, mais difícil fica a situao da família quanto ao montante de renda disponível. Enquanto encontramos uma média de 1,5 a 1,6 filhos entre as famílias com filhos situadas entre os 10% mais ricos ou acima disso, nas faixas mais baixas essa média aumentava para 2,4. Um dado interessante   que não há praticante diferenas significativas entre ter um ou dois filhos. A partir de três   que o impacto sobre a renda familiar passa a ser claramente negativo.

No que se refere   estrutura da unidade doméstica, não são apenas o tamanho e a existência ou não de filhos que explicam o posicionamento diferencial das famílias na estrutura de renda.   de fundamental importância a maneira como são organizadas internamente, o que se reflete em nítidas diferenas em sua posio na estrutura de renda. (Tabela 4).

No grupo constituído pelo 1% mais rico, mais de um tero das unidades domésticas, 38,2%, era de pessoas que moravam sozinhas, seguidas por casais sem filhos, 29,3%. No estrato de renda seguinte, 5% mais, essas mesmas formas de organizao

Tabela 4 – Tipos de unidades domésticas por percentis de renda

Percentil renda	Pessoas sós	S/ relação	Casal s/ filhos	Casal c/ filhos	Chefe s/ cônjuge	Outros tipos	Total 100%
+1	38,2	1,3	29,3	22,0	3,7	5,5	3.051
+5	27,8	1,2	29,6	31,3	6,4	6,3	15.302
+10	22,3	1,2	24,7	36,9	8,4	6,6	28.966
+20	12,6	1,0	20,3	47,3	11,7	7,2	31.304
+30	10,3	1,0	20,0	49,0	12,4	7,2	26.646
+40	8,3	0,7	17,1	54,6	12,8	6,7	29.045
+50	9,4	0,5	15,0	54,5	14,1	6,4	28.924
50	5,5	0,4	13,2	59,0	15,7	6,1	27.766
40	8,2	0,4	10,8	59,2	16,1	5,3	28.852
30	7,4	0,4	10,1	59,7	17,2	5,2	29.373
20	1,4	0,3	8,8	63,0	21,7	4,7	29.661
10	6,6	0,3	6,9	51,0	30,4	4,7	29.119
Total	9,2	0,6	14,7	53,4	16,1	6,0	289.656

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

doméstica apareciam em proporções equivalentes, ainda com ligeira predominância das pessoas sós.

É de certa forma surpreendente verificar que pessoas que vivem sozinhas constituam a maior proporção de famílias nos dois segmentos mais ricos. É necessário saber algo mais sobre outras características daquele grupo: idade, estado civil, condição de atividade e ocupação, para analisar melhor esse posicionamento tão favorável. Por enquanto, sabemos apenas que do conjunto das pessoas que moravam sós, pouco mais da metade, 56,8%, era constituída de mulheres e que quase dois terços delas, 61,1%, tinham mais de 54 anos. (Tabela 5)

Tabela 5 – Pessoas que moram sós por Faixa de idade e gênero

Idade	Homem	%	Mulher	%	Total	%
Até 24 anos	948	8,3	413	2,7	1.361	5,1
25 a 34	2.616	22,8	1.475	9,8	4.091	15,4
35 a 44	2.321	20,2	1.793	11,9	4.114	15,5
45 a 54	1.907	16,6	2.187	14,5	4.094	15,4
55 a 64	1.818	15,8	3.512	23,2	5.330	20,0
65 e mais	1.864	16,2	5.736	37,9	7.600	28,6
Total	11.474	100,0	15.116	100,0	26.590	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Quanto aos casais sem filhos,   bastante natural que se situem em maior propor   o nos estratos de renda mais elevados. Isso se deve a diferentes características dessas famílias. Em primeiro lugar, não têm dependentes, uma vez que não têm filhos residindo em casa e, também, não   comum que residam em companhia de outros parentes ou de agregados que possam estar na condi o de seus dependentes. Apenas cerca de 2% das pessoas de 10 anos e mais no conjunto das unidades domésticas dos estratos mais ricos ocupavam essas posi es nas famílias em que viviam. Além disso, são casais cujos chefes têm em média 48,6 anos e as cônjuges 45,4, portanto, pessoas que já ultrapassaram a metade de suas vidas profissionais e, nessa medida, certamente, tinham rendimentos mais elevados que os mais jovens.

Tabela 6 –Idade média dos chefes, das cônjuges e do casal por tipo de Família

Tipo de família	Média da idade		
	Chefe	C�njuge	Casal
Casal sem filhos	48,6	45,4	47,0
Casal com filhos	41,9	38,1	40,0
todos os filhos < de 14 anos	34,5	30,9	32,7
filhos menores e maiores	44,8	40,7	42,8
todos os filhos > de 14 anos	55,0	51,2	53,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Entre o primeiro e o quarto decil mais alto, 10+ e 40+, as formas mais comuns de organiza o familiar são as de casais com filhos, em propor es que variam de 36,9% a 54,6%, seguidos por casais sem filhos, entre 24,7% e 17% dos casos. A metade inferior da distribui o de renda familiar, decil 50- em diante, já apresenta um outro perfil, que se acentua   medida que a renda se torna mais baixa. As famílias de casal com filhos continuam predominando mas, agora, acompanhadas por uma propor o crescente de famílias chefiadas por mulher sem c njuge, enquanto as famílias de casal sem filhos paulatinamente se reduzem. Os dois tipos de unidades domésticas predominantes aglutinavam, nesses estratos, entre 74% e 85% das famílias, o que revela também que nos níveis mais baixos de renda familiar as op es de organiza o familiar são menos diversificadas.

Associada   forma como se estrutura a unidade doméstica, a fase do ciclo de vida também aparece como uma variável relevante para explicar a situa o da família em termos de nível de renda. (Tabela 7)

Tabela 7 – Casais com Filhos por percentil da renda Familiar capita e Fase do ciclo de vida Familiar

Percentil renda	todos < de 14 anos	menores e maiores	todos > de 14 anos	Total	
				%	absol.
+1	38,9	10,1	51,0	100,0	671
+5	42,2	11,0	46,9	100,0	4.796
+10	44,4	11,5	44,1	100,0	10.677
+20	49,7	12,6	37,7	100,0	14.797
+30	46,4	15,5	38,1	100,0	13.054
+40	52,3	15,9	31,8	100,0	15.873
+50	50,8	18,4	30,8	100,0	15.758
-50	52,6	22,2	25,2	100,0	16.377
-40	55,6	23,0	21,3	100,0	17.081
-30	59,0	23,7	17,3	100,0	17.543
-20	61,8	25,3	12,9	100,0	18.690
-10	65,5	23,8	10,7	100,0	14.858
Total	54,4	19,7	25,8	100,0	154.708

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Mulheres cheFes sem cõnjuge com Filhos por percentil da renda Familiar capita e Fase do ciclo de vida Familiar

todos < de 14 anos	menores e maiores	todos > de 14 anos	Total	
			%	absol.
11,4	7,9	80,7	100,0	114
20,3	5,6	74,1	100,0	979
21,2	5,5	73,3	100,0	2.426
23,0	6,3	70,7	100,0	3.649
18,8	7,3	73,9	100,0	3.314
22,3	8,9	68,8	100,0	3.726
20,6	11,6	67,7	100,0	4.080
24,9	13,9	61,2	100,0	4.366
26,8	16,5	56,7	100,0	4.646
34,2	19,3	46,5	100,0	5.058
40,5	22,3	37,2	100,0	6.434
60,7	17,5	21,7	100,0	8.856
33,7	14,5	51,8	100,0	46.555

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Utilizar a fase do ciclo de vida da família na análise de sua situa o socioecon mica e de suas estratégias   fundamental, uma vez que por meio desse conceito   possível, de certa forma, apreender um pouco melhor as varia es decorrentes da dimensão temporal da vida do grupo. A cada fase daquele ciclo – expansão, amadurecimento ou estabiliza o e dispersão – correspondem níveis de renda mais ou menos elevados, diferentes idades de chefes e cônjuges e varia o quanto ao número e idade dos filhos, fatores fundamentais na defini o de estratégias de vida, que irão se diferenciar segundo a composi o possível entre eles.

Na fase de dispersão, quando todos os filhos têm mais de 14 anos de idade,   maior a probabilidade de que a família esteja situada nos percentis de renda mais elevados, quer se trate de famílias constituídas por casais com filhos ou por mulheres chefes sem c njuge com filhos. Isso pode ser resultado do fato de que, nesse momento da vida familiar, os pais já tenham alcançado uma situa o mais favorável profissional e financeiramente. Uma outra possibilidade   a de que, nessa fase, a propor o de mães que trabalhem seja maior, uma vez que os filhos já não requerem cuidados permanentes. Por outro lado,   importante lembrar que estão também nessa fase famílias com filhos adultos que já trabalham e que, portanto, contribuem para aumentar a renda doméstica. Nas famílias chefiadas por mulher, o fato de todos os filhos terem 14 anos ou mais parece ter efeitos relativamente mais significativos do que nas famílias formadas por casais. Nesse sentido, os dados mostram que, na faixa dos 10% mais ricos, 73,3% das famílias chefiadas por mulher estavam nessa fase do ciclo de vida, enquanto o mesmo ocorria com 44,1% das famílias de casais com filhos, no mesmo nível de renda. Nos percentis de renda mais altos essas propor es eram ainda mais elevadas, chegando a 80,7% e 51%, respectivamente, no grupo 1% mais rico. Por último, o próprio fato de que essas famílias estivessem já em fase de dispersão significa, certamente, que era menor o número de filhos que residiam no mesmo domicílio que os pais, reduzindo assim o número de dependentes.

Nas fases de expansão e de estabiliza o, ou seja, nas primeiras fases do ciclo de vida familiar, a tendência, para os dois tipos de família aqui considerados,   de que aumente sua propor o   medida que se desça na escala de renda. No caso de estarem na fase em que todos os filhos têm menos de 14 anos, essa tendência   claramente mais acentuada. Assim,   possível constatar que, em 65,5% das famílias de casais e 60,7% das unidades domésticas chefiadas por mulheres, no decil mais pobre, todos os filhos tinham menos de 14 anos. Isso se deve não são ao fato de que nessas famílias o trabalho da c njuge/mãe fora do domicílio se torna mais difícil, como já foi apontado anteriormente, mas também por quase não haver filhos trabalhando, já que são todos de baixa idade.

Passando   segunda dimensão de nossa análise, examinaremos os efeitos, sobre a desigualdade de renda familiar, de duas características demográficas dos chefes de família, a saber, a cor e a naturalidade, associadas ao tempo de residência no município atual. A primeira, que aparece como mais importante,   a cor.

Tabela 8 – Unidades domésticas por cor do chefe segundo o percentil da renda Familiar per capita

Percentil renda	Branco	Preto	Pardo	Amarelo	Total	
					%	absol.
1+	92,5	1,1	6,0	0,4	100,0	3.051
5+	89,6	1,7	8,3	0,3	100,0	15.302
10+	86,7	2,2	10,7	0,3	100,0	28.966
20+	73,1	5,2	21,5	0,2	100,0	31.304
30+	62,8	7,8	29,2	0,2	100,0	26.646
40+	56,9	9,2	33,7	0,2	100,0	29.045
50+	50,7	11,4	37,8	0,1	100,0	28.924
-50	47,2	12,9	39,9	0,1	100,0	27.766
-40	44,6	13,4	41,9	0,1	100,0	28.852
-30	42,5	14,5	42,9	0,1	100,0	29.373
-20	39,0	16,1	44,8	0,1	100,0	29.661
-10	40,1	15,5	44,2	0,1	100,0	29.119
Total	54,4	10,8	34,6	0,1	100,0	289.656

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

É nítida a relevância dessa característica, quando se observa que a partir do quarto decil superior, 40% + ricos, a proporção de chefes brancos é sempre maior que a média, chegando a 92,5% no grupo dos 1% + ricos. O inverso acontece com as famílias com chefes pretos e pardos, que estão presentes em proporções mais significativas nos estratos de renda inferiores ao decil correspondente aos 50+. À medida que se passa aos estratos mais pobres, aumentam gradativamente as proporções de famílias chefiadas por pretos e pardos que, juntas, representam em torno de 60% das unidades domésticas nos três decis mais pobres da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, proporção esta bem mais elevada que a média para o conjunto da população, que é de 45,4%.

Comparando as proporções de famílias com chefes pretos no decil mais rico e no decil mais pobre, pode-se dizer que a probabilidade de estar neste último é sete vezes maior que estar no primeiro. A mesma probabilidade para as famílias de pardos é quatro vezes mais alta, enquanto entre as brancas, ao contrário, é duas vezes menor. No entanto, vale a pena observar que novamente, também em relação a essa variável, o decil mais pobre não é aquele que tinha as maiores proporções de pardos e de pretos, mas sim o decil anterior.

A importância da cor do chefe na explicação da situação socioeconômica da família está no fato de a cor, no Brasil, estar fortemente associada a enormes distinções quanto ao nível de escolaridade e qualificação profissional, determinantes fundamentais do nível de renda. Por outro lado, as famílias negras tendem a ser maiores que as brancas, devido à maior fecundidade das mulheres negras, e ter maiores proporções de chefes

mulheres sem c njuge com filhos⁷, situa es que, como vimos, estão associadas a rendas familiares mais reduzidas.

A naturalidade do chefe e o tempo de residência na Região Metropolitana do Rio de Janeiro foram duas outras variáveis demográficas examinadas. Como informa o inicial, é importante dizer que metade, 50,4%, dos chefes das unidades domésticas nessa região era constituída por migrantes. Dentre estes, tinham mais expressão aqueles oriundos de outros municípios do Rio de Janeiro, 16,2%, seguidos bem de perto pelos nordestinos, 15,6%, e por aqueles que vieram de outros estados do sudeste – Minas e Espírito Santo – 11,7%.

Em rela o à primeira característica, o que se verifica é que os estratos mais ricos tinham uma composi o ligeiramente diferente dos demais, conforme Tabela 9A. Assim, nos estratos superiores, 1%, 5% e 10% mais ricos, cerca de 54% das famílias tinham chefe natural da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, propor o superior  média, 49,6%. Em segundo lugar, aparecem os chefes naturais de estados do Sudeste, entre 12% e 14,8%. Também com propor es superiores  média, embora com menos peso, aparecem unidades domésticas com chefes de outras regiões do país e estrangeiros. A partir do estrato seguinte, 20%+, a composi o passa a ser distinta: continua havendo predominância dos chefes naturais da RMRJ, mas estes tendem a se reduzir, enquanto as famílias de chefes nordestinos e de outros municípios do interior do Rio de Janeiro tendem a aumentar progressivamente,  medida em que a renda diminui. Mais uma vez, o grupo mais pobre foge até certo ponto a esse perfil, na medida em que apresenta a propor o mais elevada de chefes naturais da Região Metropolitana e propor es inferiores de chefes do Nordeste e do interior do Rio de Janeiro às observadas nos demais estratos pobres.

Comparando as propor es de chefes nos estratos 10+ e 20- pode-se dizer que ter chefe natural do Nordeste ou de municípios do interior do Rio de Janeiro contribui mais fortemente para que a unidade doméstica esteja com maior probabilidade nos estratos de renda baixa. De outro lado, as unidades domésticas cujos chefes são estrangeiros ou oriundos de outras regiões do país tendem a se situar com maior probabilidade nos estratos mais ricos. A distribui o de unidades domésticas com chefes naturais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e de outros estados do Sudeste não apresentam varia es tão significativas.

De modo geral, o tempo de residência dos chefes migrantes tem bem menos influência sobre a situa o socioeconmica das unidades domésticas do que sua origem, como  possível ver nas Tabelas 9B, C e D. Vale dizer que 81,2% dos chefes migrantes residiam na Região Metropolitana há dez anos ou mais, tempo suficiente para que, segundo a literatura sobre o tema, já tenham se integrado inteiramente ao novo espaço social, com todas as conseqncias que isso possa ter.

Tabela 9 – Naturalidade dos chefes das unidades domésticas por percentil de renda Familiar per capita

Percentil renda	Munic. da RMRJ	Interior do RJ	NE	SE	Outras regiões	Outros países	Total 100%
1+	53,5	7,8	8,7	14,8	8,0	7,2	3.051
5+	53,9	9,5	9,5	13,1	7,4	6,6	15.302
10+	54,6	10,4	10,2	12,0	6,5	6,3	28.966
20+	53,4	13,0	13,1	10,4	4,2	5,8	31.304
30+	50,9	15,2	16,0	10,4	2,9	4,6	26.646
40+	49,2	16,1	17,6	10,9	2,6	3,7	29.045
50+	47,7	17,0	18,7	11,9	2,0	2,7	28.924
50-	46,5	18,7	19,2	12,1	1,6	2,0	27.766
40-	45,4	18,6	19,5	13,0	1,6	1,8	28.852
30-	46,0	18,9	19,4	12,9	1,3	1,5	29.373
20-	47,4	18,7	19,4	12,4	1,2	0,9	29.661
10-	54,7	15,7	16,2	10,8	1,4	1,3	29.119
Total	49,6	16,2	15,6	11,7	2,5	3,1	289.656

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Tabela 9A – Naturalidade dos chefes das unidades domésticas e tempo de residência na RM do Rio de Janeiro por percentil de renda Familiar per capita

Percentil renda	Até 5 anos						Subtotal
	Munic. da RMRJ	NE	SE	Interior do RJ	Outras regiões	Outros países	
1+	53,5	0,6	1,7	1,3	0,9	1,0	5,5
5+	53,9	0,6	1,5	1,6	0,8	0,7	5,3
10+	54,6	0,8	1,2	1,7	0,8	0,5	5,0
20+	53,4	1,2	1,0	2,1	0,5	0,2	5,1
30+	50,9	1,7	0,8	2,3	0,4	0,2	5,3
40+	49,2	2,2	0,8	2,4	0,4	0,1	5,9
50+	47,7	2,3	0,8	2,4	0,2	0,1	5,9
50-	46,5	2,4	0,9	2,8	0,2	0,1	6,3
40-	45,4	2,6	0,9	2,7	0,2	0,1	6,5
30-	46,0	2,6	1,0	2,8	0,2	0,0	6,6
20-	47,4	2,9	1,1	2,9	0,2	0,0	7,1
10-	54,7	2,6	1,1	3,1	0,2	0,2	7,2
Total	49,6	2,1	1,0	2,5	0,3	0,1	6,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Tabela 9B

Percentil renda	6 a 9 anos						Subtotal
	Munic. da RMRJ	NE	SE	Interior do RJ	Outras regiões	Outros países	
1+	53,5	0,4	1,2	0,3	0,4	0,4	2,6
5+	53,9	0,4	0,8	0,7	0,5	0,3	2,7
10+	54,6	0,5	0,8	0,8	0,5	0,2	2,8
20+	53,4	0,8	0,5	1,1	0,4	0,2	2,9
30+	50,9	1,2	0,6	1,3	0,3	0,1	3,4
40+	49,2	1,2	0,5	1,2	0,2	0,1	3,2
50+	47,7	1,4	0,5	1,3	0,2	0,1	3,5
50-	46,5	1,5	0,5	1,4	0,2	0,0	3,6
40-	45,4	1,5	0,6	1,4	0,1	0,1	3,7
30-	46,0	1,5	0,7	1,5	0,1	0,1	3,9
20-	47,4	1,7	0,7	1,7	0,1	0,0	4,1
10-	54,7	1,4	0,5	1,3	0,1	0,0	3,3
Total	49,6	1,3	0,6	1,3	0,2	0,1	3,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Tabela 9C

Percentil renda	10 anos e mais						Subtotal	Total 100%
	Munic. da RMRJ	NE	SE	Interior do RJ	Outras regiões	Outros países		
1+	53,5	7,8	12,0	6,1	6,7	5,8	38,4	3.051
5+	53,9	8,6	10,8	7,2	6,0	5,6	38,1	15.302
10+	54,6	8,9	10,0	7,9	5,3	5,6	37,7	28.966
20+	53,4	11,1	8,9	9,9	3,3	5,4	38,6	31.304
30+	50,9	13,1	9,0	11,6	2,2	4,4	40,3	26.646
40+	49,2	14,2	9,5	12,5	2,0	3,5	41,7	29.045
50+	47,7	15,0	10,6	13,2	1,6	2,6	43,0	28.924
50-	46,5	15,3	10,7	14,5	1,2	1,9	43,6	27.766
40-	45,4	15,5	11,5	14,5	1,2	1,7	44,4	28.852
30-	46,0	15,2	11,2	14,6	1,1	1,4	43,5	29.373
20-	47,4	14,8	10,7	14,1	0,9	0,8	41,4	29.661
10-	54,7	12,2	9,1	11,3	1,1	1,1	34,8	29.119
Total	49,6	13,5	10,1	12,4	2,0	2,8	40,9	289.656

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Quando se observa o comportamento dos dois outros grupos com menor tempo de residência, até 5 anos e de 6 a 9 anos, vê-se que, apesar de, na média, a distinção entre as posições das unidades domésticas praticamente não existir, ocorrem diferenças significativas internas de *status* socioeconômico, de acordo com a procedência do chefe. Nesses dois grupos observamos diferenças relevantes entre as unidades domésticas com chefes nordestinos. Comparando as proporções de unidades domésticas cujos chefes têm essa procedência, nos estratos mais ricos e mais pobres, vemos que as diferenças entre elas são maiores que as encontradas entre o total de unidades com chefes naturais do Nordeste. Já no grupo com mais de 10 anos de residência, essa diferença aparece apenas em relação a chefes procedentes de outras regiões do país.

A terceira dimensão a ser avaliada diz respeito à relação entre a instrução dos diferentes membros das unidades domésticas e a desigualdade na renda familiar. Para isso, utilizamos os anos médios de estudo das pessoas por percentil de renda familiar *per capita*, segundo a condição na família e idade, no caso dos filhos. O que é possível observar é que essa variável tem um papel de relevância considerável na distinção de quem está em cima e embaixo na escala de renda.

O impacto da educação sobre a desigualdade de salários foi demonstrado desde o início da década de 70 por Langoni (1973). Posteriormente, já na década de 90, Almeida Reis e Barros (1991) testaram essa afirmação, utilizando dados para diferentes anos entre 1976 e 1989, e confirmaram o que aquele autor havia afirmado, ou seja, que entre quatro variáveis, educação, idade, região e gênero, a primeira explica de 30 a 50% da desigualdade global de rendimentos encontrada no mercado de trabalho, o que certamente se reproduz na família.

Tabela 10 – Anos médios de estudo das pessoas nas unidades domésticas por condição na família e percentil da renda familiar *per capita*

Percentil renda	Chefes	Cônjuges	Filhos de 18 e mais	Filhos de 15 a 17
1+	14,1	12,5	13,3	8,3
5+	13,4	12,2	13,2	8,3
10+	12,7	11,8	12,8	8,3
20+	10,1	9,6	11,5	7,9
30+	8,1	7,9	10,2	7,4
40+	7,2	6,9	9,2	7,0
50+	6,1	6,0	8,3	6,5
50-	5,7	5,5	7,6	6,1
40-	5,1	5,1	7,1	5,8
30-	4,7	4,7	6,6	5,4
20-	4,4	4,3	6,0	5,1
10-	4,8	4,2	5,7	4,8
Total	6,9	6,6	8,5	6,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

O que vemos de outra maneira na tabela citada   a evidente superioridade educacional dos membros adultos dos estratos mais ricos em rela o aos mais pobres. Assim, entre os 1%+ ricos, o número de anos de estudo era de 14,1 anos para os chefes, 12,5 para os cônjuges e 13,3 para os filhos de 18 anos e mais, o que significa pelo menos a entrada na universidade para a maioria.

Os chefes das famílias que se situavam no estrato dos 10% mais ricos tinham um número médio de anos de estudo de 12,7 anos, o que corresponde a pouco mais de um ano e meio de curso universitário, enquanto suas cônjuges tinham um pouco mais do que o secundário completo, 11,8 anos de estudo. Já chefes e cônjuges no nível mais baixo da escala tinham em média pouco mais de 4 anos de estudo, isto  , apenas o antigo primário completo. Havia, portanto, uma diferença de quase 8 anos de estudo, em média, entre os chefes do decil mais rico e do decil mais pobre; em rela o ao percentil mais rico, essa diferença aumentava para 9,3 anos. Entre as cônjuges a diferença era ligeiramente menor, 7,6 anos. Entre os filhos as diferenças eram um pouco mais reduzidas, embora fossem ainda grandes, 7,1 anos. Em média, pouco mais do dobro de anos de estudo para os filhos de 18 anos e mais no estrato dos 10% mais ricos em compara o com aqueles nos 10% mais pobres. Para os filhos de 15 a 17 anos a diferença tende a diminuir bastante, 3,5 anos, o que pode ser um reflexo do aumento, na década de 80, das taxas de escolariza o e, conseqüentemente, dos anos de estudo. Novamente, o estrato mais pobre não era aquele em que se encontravam os chefes menos instruidos, embora dele fizessem parte as cônjuges e os filhos nessa situa o

A quarta dimensão, relativa   participa o dos componentes da família no mercado de trabalho, nos permite ver como se posicionam as pessoas nesse mercado e qual seu nível de qualifica o. Até certo ponto, pode-se, por meio do exame dessas variáveis, captar alguns aspectos de suas estratégias de vida no que diz respeito   obten o de renda.

Começando por avaliar a condi o de atividade das pessoas, (Tabela 11), pode-se ver que nos estratos mais ricos, 10+, 5+ e 1+, a maioria das pessoas, 51,8% ou mais, trabalhava habitualmente, isto  , tinha atividade permanente. Segue em importância relativa a categoria dos aposentados e pensionistas, 15,3% ou mais. A propor o de pessoas nessas duas categorias, somada aos que viviam de renda, atingia um total que variava de 67,6% dos membros da família com renda na faixa dos 10+ ricos, a 74,5% na faixa do 1% mais rico.   medida que o nível da renda diminui, encontram-se menores propor es de pessoas nessas categorias e maiores propor es em todas as outras, justamente aquelas em que se classificavam as pessoas que não tinham renda, ou por não trabalharem ou serem menores de 10 anos e, portanto, não estarem includas na força de trabalho. Nos quatro últimos decis de renda essa rela o já aparecia invertida, ou seja, nessas famílias encontrava-se uma propor o maior de pessoas sem renda do que com renda. No penúltimo decil a propor o de crianças com menos de 10 anos, 26%, estava bem próxima   dos que tinham trabalho habitual e, no grupo mais pobre, a situa o se

invertia completamente. Nessas famílias, as crianças naquela faixa de idade constituíam quase um terço, 31,3% do total de pessoas e os membros da família dedicados aos afazeres domésticos, 18,9%. Estes últimos superavam a proporção dos que trabalhavam, que era de apenas 17,4%, proporção que equivalia a apenas um terço dos que trabalhavam na faixa dos 10% mais ricos.

Tabela 11 –Pessoas por percentil de renda Familiar per capita e condição de atividade

Percentil	Trabalhando habitualmente	Sem ocupação	Procurando trabalho	Aposentado pensionista	Vive de rendas	Estudante	Doente ou inválido	Afazeres domésticos	Pessoas 10 anos e menos	Total 100%
+1	57,1	0,9	1,4	16,5	0,9	8,4	0,1	9,3	5,4	6.251
+5	53,4	1,0	1,6	16,2	0,6	10,1	0,2	8,9	8,0	35.981
+10	51,8	0,9	1,8	15,3	0,5	11,2	0,2	9,0	9,4	73.588
+20	48,2	0,9	2,2	12,4	0,3	12,4	0,2	11,1	12,3	91.319
+30	48,3	1,0	2,3	12,3	0,2	11,7	0,3	11,8	12,1	82.026
+40	45,4	1,3	2,6	9,5	0,2	12,2	0,4	14,2	14,3	93.288
+50	44,8	1,4	2,7	10,1	0,1	12,3	0,4	13,5	14,6	96.238
-50	41,9	1,7	2,9	8,2	0,1	13,5	0,5	14,3	16,8	99.398
-40	38,1	2,0	3,1	8,7	0,1	14,0	0,6	14,6	18,9	104.277
-30	33,7	2,3	3,4	7,9	0,1	14,6	0,7	15,6	21,7	109.287
-20	28,3	3,0	3,9	5,9	0,1	15,5	0,8	16,6	26,0	120.690
-10	17,4	5,9	6,6	3,9	0,1	15,0	1,1	18,9	31,3	111.131
Total	38,6	2,2	3,3	9,0	0,2	13,4	0,6	14,3	18,5	981.342

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Vale lembrar que, como vimos, entre as condições de atividade que geram renda, a mais freqüente era trabalhar habitualmente, situação preponderante em todos os estratos de renda, salvo no mais pobre, ou seja, os 10%-. Isto quer dizer que mesmo no estrato mais rico a renda familiar é constituída essencialmente pelos rendimento do trabalho das pessoas economicamente ativas. Já foi amplamente demonstrado que a renda pessoal é constituída pela renda do trabalho, Portanto podemos dizer que a desigualdade de renda familiar é também em grande parte gerada pela desigualdade salarial encontrada no mercado. Nesse sentido é fundamental verificar tanto a intensidade com que as unidades domésticas utilizam sua força de trabalho como sua qualidade.

A primeira medida da intensidade do uso da força de trabalho familiar é o número de pessoas que trabalham por unidade doméstica (Tabela 12). Os resultados obtidos indicam que essa variável não explicava muita coisa sobre a renda. Em primeiro lugar, em quase todos os decis, o mais comum era que na maior parte das famílias uma única pessoa trabalhasse habitualmente. Isso não era válido apenas para as faixas dos 20+ e 30+ ricos, em que as proporções de famílias com duas ou mais pessoas trabalhando superam as demais. Em segundo lugar, não se observou qualquer tendência de associação entre número de pessoas que trabalhavam e a situação de renda, a não ser no decil mais pobre, em que a proporção dos que não trabalhavam, 42,6%, era demais do que o dobro que qualquer outra encontrada para qualquer faixa de renda.

Tabela 12 – Unidades domésticas por número de pessoas que trabalham segundo o percentil da renda Familiar *per capita*

Percentil renda	Número de pessoas					Total 100%	Média
	0	1	2	3	4 e mais		
1+	19,3	50,1	25,9	3,8	0,9	3.051	1,17
5+	18,6	44,1	31,7	4,4	1,2	15.302	1,26
10+	17,2	42,0	34,4	5,0	1,4	28.966	1,31
20	13,6	42,8	35,4	6,3	1,9	31.304	1,40
30	12,9	40,6	35,4	8,0	3,1	26.646	1,48
40	11,0	47,6	30,5	7,6	3,3	29.045	1,45
50	12,4	44,6	30,3	8,5	4,2	28.924	1,48
-50	9,8	48,6	28,9	8,6	4,0	27.766	1,49
-40	13,3	50,7	25,8	6,9	3,3	28.852	1,37
-30	14,9	56,1	21,2	5,4	2,4	29.373	1,25
-20	14,3	63,3	17,4	3,7	1,4	29.661	1,15
-10	42,6	49,9	6,4	0,9	0,2	29.119	0,66
Total	16,4	47,9	27,5	5,9	2,3	289.656	1,30

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Vejamos agora como se constituía a mão-de-obra de trabalho. Se, na maior parte dos casos, as famílias tinham uma única pessoa trabalhando, essa pessoa era preferencialmente o chefe, cuja taxa de atividade não sofria muita varia o, oscilando entre 73% e 76%, salvo no decil mais pobre, em que apenas 51% deles trabalhavam.

Tabela 13 – Taxa de atividades dos componentes das unidades domésticas por percentil de renda Familiar *per capita*

Percentil renda	Chefes	Cônjuges	Filhos 18 anos e +	Filhos 15-17 anos	Filhos 10-14 anos	Parentes agreg.	Média
+1	0,75	0,48	0,64	0,04	0,00	0,64	0,62
+5	0,73	0,50	0,65	0,05	0,01	0,58	0,59
+10	0,73	0,51	0,65	0,06	0,01	0,57	0,59
+20	0,74	0,45	0,68	0,10	0,01	0,55	0,56
+30	0,73	0,43	0,73	0,17	0,01	0,57	0,56
+40	0,76	0,35	0,71	0,19	0,02	0,51	0,54
+50	0,73	0,35	0,72	0,26	0,03	0,53	0,53
-50	0,76	0,32	0,69	0,27	0,03	0,46	0,51
-40	0,73	0,28	0,64	0,26	0,03	0,42	0,47
-30	0,73	0,23	0,58	0,25	0,03	0,33	0,44
-20	0,74	0,18	0,46	0,21	0,03	0,28	0,39
-10	0,51	0,10	0,22	0,09	0,02	0,15	0,26
Total	0,72	0,32	0,63	0,20	0,02	0,46	0,48

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

É interessante lembrar que, nesse último estrato, 30,4% dos chefes das unidades domésticas eram mulheres sem cônjuge e que, em média, o salário das mulheres que trabalham é menos da metade daquele dos homens⁸, o que explica, em boa parte, a precariedade da situação dessas famílias. Como é possível deduzir desses dados, não parece haver associação entre as taxas de atividade do chefe e a desigualdade de renda das famílias, a não ser quando ela se reduz muito, como ocorre entre os 10%+ pobres.

Já no caso das cônjuges, ao contrário, percebe-se uma relação bem mais direta, pelo menos a partir dos 10%+ ricos para baixo, quando se observa um declínio progressivo da participação delas no mercado de trabalho, à medida que o nível de renda familiar diminui. Isso SS explica não só pelo fato das cônjuges nos estratos mais altos terem níveis de instrução mais elevados e, portanto, mais facilidade de obter um lugar no mercado de trabalho como também porque, nessas famílias, como vimos anteriormente, o número de filhos de 10 anos ou menos é mais reduzido, deixando a mulher com menos atividades junto às crianças e portanto mais liberada para exercer atividades fora do domicílio.

A participação dos filhos de 18 anos e mais, tanto quanto daqueles entre 15 e 17 anos, parece decorrer claramente de uma estratégia familiar articulada. Se observarmos a tabela, vemos que quando começa a diminuir a taxa de atividade da cônjuge, o que ocorre já a partir da faixa dos 20+ ricos, tem início um aumento da taxa de atividade dos filhos de 18 anos e mais que permanece praticamente no mesmo patamar nas duas faixas seguintes até o estrato 50+. Por sua vez, à medida que esta se reduz, as taxas de atividade dos filhos de 15 a 17 anos passam a apresentar resultados superiores à média até o penúltimo decil.

Diante desses resultados, podemos pensar que nas famílias em que isso é possível, faixa dos 10%+ ou acima, o trabalho da cônjuge de certa forma libera os filhos para se dedicarem a outras atividades, provavelmente ao estudo, sobretudo aqueles entre 15 e 17 anos. Quando sua participação diminui, o trabalho dos filhos adultos ainda consegue manter relativamente reduzida a taxa de atividade dos filhos de 15 a 17 anos, o que acontece nos estratos intermediários de renda familiar, 30+ a 50+. Quando a renda diminui e ao mesmo se reduzem as taxas de atividade dos filhos adultos é quando a participação dos menores de idade no mercado de trabalho supera a média, caso das famílias nos decis 50+ a 30-.

A terceira medida da intensidade do trabalho familiar é o número médio de horas trabalhadas por semana que, como podemos observar na Tabela 14, está inversamente relacionado à desigualdade de renda entre unidades domésticas. Na média, considerando-se todos os membros da família ocupados, o número de horas trabalhadas, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, em 1991, variava pouco, ou seja, de 42 horas no grupo dos 10% mais ricos a 44,8 horas no grupo mais pobre, isto é, 2,1 horas, o que significaria pouco mais que um dia de trabalho por mês. No que se refere aos chefes e cônjuges, não se verificou relação entre o número de horas trabalhadas e o nível de renda familiar,

praticamente não existia variação. No entanto, para os filhos de 15 a 17 e de 18 anos e mais, a diferença   grande, 8,5 horas por semana para os primeiros e 4,7 para os últimos. Isto parece ser conseq u ncia da desigualdade salarial existente entre esses trabalhadores adolescentes e jovens, no mercado de trabalho, que, por sua vez, expressa, como vimos anteriormente, a desigualdade no que se refere a seu nível de instrução. De fato, embora trabalhassem maior número de horas, quando eram de famílias de menor nível de renda, seu rendimento médio era bem inferior ao dos que viviam em famílias melhor remuneradas. O que se pode supor, nesse caso,   que esses adolescentes e jovens trabalhem mais justamente porque seu rendimento   muito baixo e precisem atingir um mínimo que atenda às suas necessidades e às de suas famílias. Assim, pode-se dizer que o maior número de horas trabalhadas pelos filhos nas famílias de menor renda e, na verdade, um sintoma da desigualdade social.

Pelo que vimos até aqui, a intensidade do uso da força de trabalho familiar nos disse pouco sobre a desigualdade de renda entre as unidades domésticas. Passaremos a examinar agora as informações disponíveis sobre a qualidade dessa mão-de-obra. A primeira delas   a posição do indivíduo no mercado de trabalho. Ela pode ser identificada por intermédio do ramo de atividade em que a pessoa trabalha, da posição da ocupação por ela exercida e da categoria ocupacional a que pertence. Tomaremos aqui como elemento de referência o chefe da família, uma vez que ele era o responsável principal pela formação da renda familiar. Em 1991, em média, 75% da renda total das famílias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro era obtida pelo chefe.

Tabela 14 – Número médio de horas trabalhadas por semana pelos componentes das unidades domésticas por posição na Família segundo o percentil de renda Familiar *per capita*

Percentil renda	Chefes	Cônjuges	Filhos 18 anos e +	Filhos 10-17 anos	Outros parentes	Agreg.	Total
1+	44,9	39,0	42,1	25,0	38,4	41,2	42,7
5+	44,5	38,3	39,8	35,8	40,5	40,9	42,3
10+	44,5	37,8	39,7	33,5	41,9	41,6	42,0
20+	44,8	37,6	40,3	37,1	41,4	42,8	41,6
30+	45,4	38,4	41,2	40,6	43,8	42,7	42,2
40+	45,9	39,4	42,0	41,2	44,1	44,8	43,2
50+	45,9	39,8	43,0	42,3	44,1	44,7	43,5
50-	45,8	39,9	43,6	42,1	45,0	44,4	43,8
40-	46,2	40,0	44,1	43,1	44,3	45,6	44,2
30-	46,0	39,8	44,5	43,2	44,0	45,2	44,4
20-	46,1	39,6	44,4	42,9	45,1	45,7	44,6
10-	45,8	39,5	44,4	42,0	44,1	45,9	44,8
Total	45,6	39,0	42,6	42,2	43,8	43,9	43,3

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

No que se refere ao ramo de atividade, vê-se que (Tabela 15) as unidades domésticas situadas na faixa dos 10% mais ricos tinham seus chefes trabalhando, preferencialmente, no ramos de Prestação de Serviços Sociais, em que se incluem atividades como Serviços Médicos, Odontológicos e Ensino, 19,4%; no ramos de Serviços auxiliares da Atividade Econômica, em que estão as empresas da área financeira, como bancos e corretoras de valores e de seguros, 13%; e nas atividades ligadas à Administração Pública, 11,6%, proporções bem superiores à média. Esses são ramos de atividade que congregam grande contingente de pessoas de nível de instrução elevado e com salários mais altos⁹. No estrato mais rico 1%+, mais de dois terços dos chefes ocupados, 35,5%, se concentravam nos dois primeiros ramos. No extremo oposto, os dois decis mais pobres, três ramos de atividade englobavam a maioria, 61% dos chefes: cerca de 30% nas atividades relacionadas à Prestação de Serviços, 16% no Comércio de Mercadorias e em torno de 15% na Construção Civil. Nesses ramos a maior parte da mão-de-obra costuma ser pouco qualificada, exercendo em sua maioria ocupações manuais e recebendo baixos salários.

Tabela 15 – Chefes das unidades domésticas por percentil de renda e ramo de atividade

Percentil renda	Agropecuária	Ind. transform.	Constr. civil	Outras ativ.ind.	Comércio mercad.	Transp. e comun.	Serv.aux. ativ.econ.	Prest. serv.	Prest.serv. social	Admin. púb.	Outras ativid.	Total 100%
+1	0,8	12,8	3,0	2,9	11,1	4,4	17,9	8,2	17,6	12,3	9,1	2.296
+5	0,7	11,4	2,9	3,4	12,2	5,5	14,4	8,0	20,4	11,3	9,9	11.232
+10	0,6	11,4	3,1	3,5	12,8	6,2	13,0	9,0	19,4	11,6	9,5	21.166
+20	0,6	12,7	3,8	3,2	15,4	8,6	8,4	14,1	14,2	11,2	7,8	23.148
+30	0,6	14,7	5,6	3,1	15,0	9,7	5,6	18,2	11,1	11,0	5,4	19.329
+40	0,9	15,4	7,3	2,9	15,6	10,0	4,6	20,8	8,4	9,8	4,3	22.052
+50	1,0	16,5	9,1	2,8	13,5	10,6	3,4	23,5	7,6	8,5	3,4	21.201
-50	1,0	17,2	10,6	2,5	13,9	10,5	3,1	24,4	6,7	7,3	2,8	21.139
-40	1,5	17,6	11,2	2,1	14,0	10,5	2,8	25,8	6,3	5,8	2,4	21.188
-30	1,6	16,9	13,0	1,9	14,9	8,8	2,5	28,2	5,8	4,0	2,3	21.343
-20	2,2	16,6	14,3	1,9	16,0	7,1	2,4	29,7	5,1	2,6	2,0	21.949
-10	3,6	14,5	15,1	1,8	16,0	5,1	2,9	30,9	5,1	2,5	2,4	14.818
Total	1,3	15,4	9,1	2,6	14,7	8,8	4,9	22,2	9,1	7,6	4,3	207.333

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Também em relação à posição na ocupação, as situações eram bastante diferenciadas (Tabela 16).

Os estratos mais ricos, 20%+ ou acima, tinham uma composição bem peculiar quanto à posição dos chefes. Nesses estratos estavam super-representados os empregadores, os empregados em empresas estatais e os empregados no serviço público. Os primeiros estavam altamente concentrados no estrato mais rico, 1%+, em que representavam quase um quarto dos chefes ocupados, 24,2%. Os demais apareciam em proporções mais expressivas nos estratos imediatamente seguintes, valores próximos a 23%, no

Tabela 16 – Chefes das unidades domésticas por percentil de renda e posi o na ocupa o

Percentil renda	Empregador	Empregado			Aut�nomo	Outras	Total 100%
		empresa privada	serviço público	empresa estatal			
+1	24,2	31,7	20,5	7,9	15,2	0,6	2.296
+5	17,9	33,2	23,1	9,8	15,4	0,5	11.232
+10	15,6	34,2	23,8	9,9	15,9	0,6	21.166
20	10,1	40,4	21,2	7,7	19,4	1,2	23.148
30	6,2	46,7	18,9	5,8	19,9	2,6	19.329
40	5,2	49,0	16,1	4,3	21,9	3,5	22.052
50	2,5	53,9	14,3	3,8	20,2	5,3	21.201
-50	2,0	56,6	12,2	3,3	20,3	5,7	21.139
-40	1,6	58,5	10,1	2,6	20,2	6,9	21.188
-30	1,4	58,7	7,9	2,3	21,4	8,2	21.343
-20	0,9	58,4	5,8	1,6	22,6	10,6	21.949
-10	1,7	52,9	5,4	1,4	25,4	13,2	14.818
Total	4,8	50,8	13,8	4,4	20,6	5,6	207.333

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

caso de empregados no serviço público e a 10% para os que trabalhavam em estatais. Contribu am ainda fortemente para a composi o desses estratos, aproximadamente um ter o, os empregados nas empresas privadas, mas sua participa o era bem inferior   encontrada no total de ocupados. Essa categoria, que era a maior de todas, englobando 50,8% dos chefes trabalhando, tinha maior peso nos estratos intermediários e inferiores, entre 50+ e 10-.   medida que a renda familiar diminui, aumentam as propor es de aut nomos, que chegaram a 25,4% no estrato mais baixo, e a daqueles em outras posi es na ocupa o, que atingiram 13,2%. Essa última categoria inclui as pessoas que trabalham sem remunera o, auxiliando pessoas da família; trabalhadores agrícolas volantes, parceiros ou meeiros e trabalhadores domésticos.

Entre todas as variáveis que indicam o posicionamento dos indivíduos no mercado de trabalho e ao mesmo tempo na hierarquia social, a categoria socioocupacional   a mais significativa, uma vez que, em geral, reúne as variáveis ocupa o exercida, rendimento e nível de instru o das pessoas.¹⁰ Tomando o estrato de renda mais elevado, o 1% mais rico, vemos que mais de dois terços dele era formado pela elite dirigente, 38,5%, e por profissionais de nível superior, 33,9%. No primeiro grupo, a categoria dos empresários era a mais forte, representando quase metade de seus componentes e, no segundo, quase todos estavam na categoria de empregados de nível superior (Tabela 17). No grupo dos 5% mais ricos a composi o já mudava um pouco. Passavam a predominar os profissionais de nível superior, 38,0%, e os trabalhadores não manuais de nível médio, 22,8%, superando a propor o de chefes de família na elite dirigente

Tabela 17 – Categorias socioocupacionais dos chefes segundo o percentil de renda Familiar *per capita* – 1991

Percentil renda	1 - Ocupações agrícolas	2 - Elite dirigente					3 - Pequena burguesia			
1+	0,5	16,6	3,6	9,5	8,8	38,5	0,5	0,8	1,8	3,1
5+	0,3	8,3	2,2	5,1	5,0	20,6	3,2	2,0	2,3	7,5
10+	0,3	5,0	1,6	3,2	3,2	13,0	4,6	2,5	2,7	9,8
20+	0,3	0,1	0,2	0,0	0,4	0,7	5,9	2,6	3,5	12,0
30+	0,4	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	3,9	1,5	3,0	8,5
40+	0,5	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	3,5	1,1	2,7	7,2
50+	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	0,5	1,9	4,0
50-	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,5	1,8	3,6
40-	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,4	1,7	3,1
30-	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,9	0,4	1,7	3,0
20-	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,2	1,7	2,5
10-	2,8	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3	0,2	1,8	2,4
Total	0,9	0,5	0,2	0,3	0,4	1,5	2,5	1,0	2,3	5,8

Percentil renda	4 - Prof. de nível superior			5 - Trabalhadores não manuais de nível médio						6 - Trab. do comércio e serviços			
1+	2,6	31,4	33,9	2,3	6,2	5,1	1,3	1,1	16,0	1,9	1,5	0,5	3,8
5+	4,0	34,0	38,0	4,2	8,7	5,5	3,0	1,4	22,8	2,9	2,6	0,5	6,0
10+	3,9	31,7	35,6	5,4	10,0	5,9	3,4	2,2	27,0	3,5	4,2	0,8	8,5
20+	2,3	16,3	18,6	8,3	12,1	7,0	4,3	4,4	36,0	5,7	11,9	2,3	19,9
30+	0,9	7,6	8,5	8,9	9,9	5,8	3,8	5,8	34,3	6,2	17,1	4,7	28,0
40+	0,6	3,7	4,3	8,3	8,1	4,8	2,8	6,0	30,0	6,5	19,7	5,9	32,0
50+	0,4	2,0	2,4	7,7	6,1	3,5	2,4	5,2	24,9	6,2	22,5	7,9	36,6
50-	0,2	1,2	1,4	7,5	5,0	2,7	2,0	4,5	21,8	5,9	23,2	8,7	37,8
40-	0,2	0,9	1,1	6,6	3,9	2,0	2,0	3,5	17,9	6,6	23,1	9,3	39,0
30-	0,1	0,5	0,6	5,9	3,1	1,7	1,5	2,1	14,5	7,3	22,2	9,7	39,1
20-	0,1	0,4	0,5	4,8	2,0	1,3	1,3	0,9	10,4	8,1	19,7	10,2	38,0
10-	0,6	1,0	1,7	3,8	2,0	1,5	1,3	0,8	9,3	7,8	17,4	8,9	34,1
Total	1,0	6,8	7,8	6,8	6,4	3,7	2,5	3,6	23,0	6,3	18,1	6,7	31,1

Percentil renda	7 - Trab. manuais da indústria e serviços				8 - Trab. da sobrevivência				9 - Ocupações mal definidas	Total 100%
1+	0,2	0,4	0,3	0,9	0,1	0,0	0,0	0,1	3,2	2.175
5+	0,3	0,1	0,4	0,8	0,2	0,1	0,1	0,3	3,5	10.706
10+	0,5	0,3	0,8	1,6	0,3	0,3	0,1	0,7	3,5	20.245
20+	1,7	1,2	2,9	5,7	1,0	1,8	0,2	3,0	3,8	21.941
30+	3,0	2,6	5,5	11,1	2,4	2,7	0,3	5,4	3,7	18.160
40+	3,7	3,4	7,5	14,7	3,2	3,9	0,5	7,6	3,5	20.673
50+	4,4	4,2	9,3	17,8	5,2	3,8	0,5	9,5	4,0	19.794
50-	4,7	4,5	11,1	20,3	5,6	4,0	0,6	10,2	4,2	19.803
40-	4,8	5,3	12,0	22,2	6,8	4,1	0,7	11,6	4,1	19.837
30-	4,4	5,6	13,6	23,6	8,1	4,4	0,9	13,4	4,6	19.971
20-	4,0	5,8	15,6	25,4	10,3	4,7	1,3	16,3	5,2	20.567
10-	3,3	5,3	16,6	25,3	12,3	5,7	1,5	19,4	5,1	13.737
Total	3,4	3,8	9,2	16,5	5,3	3,5	0,6	9,4	4,1	194.728

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

que, nesse estrato de renda, era de 20,6%. Entre os trabalhadores não manuais de nível médio, nesse estrato, a categoria mais forte era a daqueles que exerciam atividades de supervisão, 8,7%.

No estrato seguinte, os 10% mais ricos, encontramos o mesmo padrão de composi o do anterior, porém, com redu o dos profissionais de nível superior para 35,6% e da elite dirigente para 13% e aumento da propor o de trabalhadores não manuais de nível médio, que representava 27%. Nesse estrato era também significativa a presença da pequena burguesia, 12,0%.

O estrato dos 20+ ricos já era um estrato com uma composi o distinta dos anteriores, na medida em que nele predominavam os chefes de família na categoria de trabalhadores não manuais de nível médio, 36,0%, seguidos de trabalhadores de comércio e serviços, 19,9%, e profissionais de nível superior, 18,6%. Pode-se dizer que se tratava de um estrato mais característico de classe intermediária. A partir da  decrescia a propor o de trabalhadores não manuais de nível médio e cresciam as propor es de trabalhadores de comércio e serviços, que passaram a predominar em todos os estratos e partir do grupo constituído pelos 40+ ricos.

Os últimos quatro estratos tinham uma composi o distinta, pode-se dizer mais operária e popular. Nota-se a  uma presença maior de trabalhadores de comércio e serviços, acima de 33%, especialmente daqueles que realizavam serviços especializados como, por exemplo, cabeleireiros, cozinheiros e porteiros, de trabalhadores manuais da indústria

Tabela 18 – Participa o percentual dos componentes das unidades domésticas na renda familiar total segundo o percentil de renda familiar *per capita*

Percentil renda	Chefes	Cônjuges	Filhos 18 anos e +	Filhos 10-17 anos	Outros parentes	Agreg.	Total
1+	0,86	0,09	0,03	0	0	0	0,98
5+	0,81	0,12	0,04	0	0	0	0,97
10+	0,78	0,13	0,06	0	0	0	0,97
20+	0,74	0,13	0,09	0	0,01	0,01	0,98
30+	0,71	0,13	0,11	0	0,01	0,01	0,97
40+	0,74	0,11	0,11	0,01	0,01	0,01	0,99
50+	0,72	0,11	0,12	0,01	0,01	0,01	0,98
-50	0,72	0,1	0,12	0,01	0,01	0	0,96
-40	0,74	0,09	0,11	0,02	0,01	0	0,97
-30	0,77	0,08	0,09	0,02	0,01	0	0,97
-20	0,8	0,07	0,07	0,02	0,01	0	0,97
-10	0,85	0,06	0,04	0,02	0	0	0,97
Total	0,75	0,1	0,09	0,01	0,01	0	0,96

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

e dos serviços, entre 22 e 25%, principalmente na construção civil; e de trabalhadores da sobrevivência, entre os quais se destacavam os empregados domésticos. Tanto os trabalhadores da construção civil quanto os empregados domésticos estavam super-representados nos dois últimos estratos de renda familiar per capita.

A última dimensão de análise da desigualdade entre unidades domésticas se refere à forma pela qual a renda familiar é constituída, o que pode ser visto mediante participação porcentual média de cada um dos componentes no orçamento total da família.

Como vimos anteriormente, os chefes, em media, eram responsáveis por três quartos da renda familiar. Nos estratos mais ricos, 1+ e 5+, e nos mais pobres, 20- e 10-, sua participação era mais acentuada, ultrapassando 80%. No entanto, tratava-se de situações muito diferenciadas entre uns e outros. Nos dois estratos superiores, as taxas de atividade eram altas, as famílias eram muitas vezes constituídas de uma única pessoa, como foi visto, e os rendimentos médios dos chefes muito elevados, 59,1 e 22,1 salários mínimos respectivamente.

Embora nessas famílias as taxas de atividade das cônjuges fossem das mais altas, o que fazia com que em 26% delas encontrássemos duas pessoas trabalhando, um outro fator importante na explicação da relevância da participação do chefe na formação da renda familiar, nesses casos, era o fato de seu rendimento médio ser no mínimo duas vezes mais elevado que o das cônjuges. Já nos dois últimos estratos de renda, verificou-se que os salários médios dos componentes das famílias, qualquer que fosse sua posição,

Tabela 19 – Rendimento médio em salários mínimos dos componentes das unidades domésticas segundo o percentil de renda Familiar *per capita*

Percentil renda	Chefes	Cônjuges	Filhos 18 anos e +	Filhos 10 a 17	Outros parentes	Agreg.
1+	59,1	26,8	21,7	2,2	24,7	23,4
5+	29,4	13,8	10,8	3,8	11,0	9,7
10+	21,5	10,4	8,1	2,9	7,4	7,1
20+	7,6	4,3	4,0	1,6	3,0	3,0
30+	4,7	2,6	2,7	1,3	2,2	2,0
40+	3,6	1,9	2,1	1,2	1,7	1,7
50+	2,7	1,5	1,6	1,1	1,4	1,4
-50	2,2	1,2	1,3	0,9	1,2	1,1
-40	1,8	1,0	1,1	0,8	1,0	1,0
-30	1,4	0,9	0,9	0,7	0,9	0,8
-20	1,1	0,7	0,8	0,6	0,7	0,7
-10	0,7	0,6	0,6	0,5	0,5	0,6
Total	5,0	3,3	2,4	0,9	2,0	2,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

eram baixos e apresentavam valores muito próximos. Nessas famílias, o que explicava o peso da participa o do chefe era o fato de a taxa de atividade das cônjuges ser muito baixa, o mesmo ocorrendo com as taxas de atividade dos demais membros da família.

Considerando a contribui o das cônjuges, a segunda maior depois dos chefes, vemos que esta era mais significativa nos três decis mais altos da distribui o, enquanto a contribui o dos filhos de 18 anos e mais era mais elevada nos decis intermediários, 50+ e 50-.

Apesar dessas diferenças, ainda assim podemos dizer que não foram encontradas estruturas de forma o da renda familiar muito distintas entre unidades domésticas, nos diferentes decis, que possam contribuir com indica oes relevantes sobre a desigualdade encontrada entre as famílias.

Até aqui analisamos o comportamento de variáveis demográficas e socioecon micas que podem explicar, mais ou menos, a acentuada desigualdade existente entre famílias na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no início dessa década.

Uma vez feita essa análise exploratória passamos a abordar uma outra dimensão desse fen meno, ou seja, como essa desigualdade se expressava, seja quanto às condi oes de moradia dessas famílias, seja quanto   disponibilidade de bens em seus domicílios, indicadores de desigualdade em suas qualidades de vida.

Por meio das variáveis indicativas das condi oes de moradia podemos ver como as famílias situadas em diferentes posi oes na estrutura de renda da Região Metropolitana tinham um acesso bastante diferenciado a tipos de moradia e infra-estrutura adequada de água e esgoto, bem como a serviço de coleta de lixo.

Tabela 20 – Unidades domésticas por percentil de renda e localiza o do domicílio

Percentil renda	Isolado ou condomínio	Localiza�o		Cômodos	Total	
		Conjunto popular	Aglomerado subnormal		%	absoluto
1+	99,1	0,4	0,5	0,0	100,00	3.051
5+	97,9	1,5	0,4	0,2	100,00	15.302
10+	96,5	2,6	0,7	0,2	100,00	28.966
20+	90,0	6,6	2,7	0,7	100,00	31.304
30+	84,6	8,7	5,7	1,0	100,00	26.646
40+	81,6	9,3	7,9	1,1	100,00	29.045
50+	78,4	9,2	11,1	1,3	100,00	28.924
-50	76,9	9,3	12,6	1,1	100,00	27.766
-40	76,9	8,1	13,8	1,2	100,00	28.852
-30	75,0	7,4	16,3	1,3	100,00	29.373
-20	73,6	7,2	18,1	1,1	100,00	29.661
-10	74,1	6,7	17,9	1,3	100,00	29.119
Total	80,8	7,5	10,7	1,0	100,00	28.656

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Embora de uma forma bastante grosseira, o tipo de moradia já nos indica algumas diferenças interessantes (Tabela 20). Inicialmente, podemos observar que as famílias que fazem parte dos estratos mais ricos residiam, em sua quase totalidade, em casas ou apartamentos isolados ou situados em condomínios: 96,5% entre os 10+, 97,9 entre os 5+ e 99,1 entre os 1+. À medida que a renda familiar diminui, o percentual de famílias nesse tipo de residência se reduz. Tendência inversa ocorre em relação à moradia em residências situadas em conjuntos populares e aglomerados subnormais ou favelas. Verifica-se, assim que nos estratos a partir dos 50+, isto é, os que tinham renda média familiar *per capita* igual ou inferior a 1,2 salários mínimos, encontramos uma proporção acima da média, 11% ou mais das unidades domésticas, residindo em favelas. Essa proporção aumenta progressivamente até atingir cerca de 18% nos grupos mais pobres, 20- e 10-, quando a renda média familiar *per capita* fica entre 0,33 e 0,11 salários mínimos. Já os maiores percentuais de famílias residindo em conjuntos populares, cerca de 9%, se verificam nos estratos situados entre os 40+ e os 50=, isto é, famílias com renda média de 1,6 a 0,9 salários mínimos.

Seria interessante poder desagregar mais a informação sobre o tipo de residência, de modo a saber, por exemplo, qual proporção da população de mais alta renda vive em condomínios. Esse tipo de moradia representa um interesse especial, na medida em que expressa, freqüentemente, uma forma de segregação residencial recorrente em várias metrópoles do continente americano. Infelizmente, no entanto, isso não é possível, dada a forma como foram organizados em sua base as informações do Censo Demográfico.

Tabela 21 – Unidades domésticas por tipo de acesso ao saneamento básico adequado segundo o percentil da renda Familiar *per capita*

Percentil renda	Instalação sanitária	Abastecimento de água	Coleta de lixo	Total
1+	98,8	97,9	99,1	3.051
5+	98,5	97,9	98,9	15.302
10+	98,0	97,7	98,5	28.966
20+	94,6	96,1	95,5	31.304
30+	89,9	93,3	90,7	26.646
40+	85,3	90,4	86,3	29.045
50+	80,8	87,0	81,3	28.924
-50	77,8	84,7	77,1	27.766
-40	74,1	81,6	72,5	28.852
-30	69,4	78,0	67,4	29.373
-20	64,2	73,4	62,1	29.661
-10	64,0	72,3	61,6	29.119
Total	79,8	85,4	79,3	289.646

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

Os dados relativos   infra-estrutura domiciliar são bem mais reveladores das condi es desiguais de moradia que os anteriores, sobretudo no que diz respeito   coleta do lixo e   instala o sanitária adequada (Tabela 21). No que se refere ao primeiro desses itens, considerou-se como adequada a situa o dos domicílios cujo lixo era coletado direta ou indiretamente. Nesse caso, estavam 98,5% das unidades domésticas do estrato correspondente ao percentil 10% mais rico contra 61,6% no 10% mais pobre. Este   o item da infra-estrutura urbana que mais diferencia famílias em condi es desiguais de renda.

Situa o bastante semelhante se verifica em rela o ao acesso   instala o sanitária adequada, ou seja, domicílios que dispõem de esgoto ligado   rede geral ou fossa séptica. Quanto a esse tipo de serviço as distin es são gritantes. Enquanto 98% das unidades domésticas no estrato dos 10% mais ricos tinham acesso a esse serviço, mais de um terço das famílias do estrato mais pobre não tinham.

O abastecimento de água adequado, isto  , água fornecida através da rede geral com canaliza o interna no domicílio, era um pouco mais acessível que os demais serviços, mas ainda assim muito desigual. Entre os 10% mais ricos, 97,7% das unidades domésticas dispunham desse serviço, enquanto no estrato mais pobre mais de um quarto não tinha acesso a esse item dos serviços básicos urbanos.

Os indicadores de densidade habitacional demonstram, novamente, as condi es de desigualdade entre famílias de estrato de renda distintos. O número de c modos por domicílio e, conseqüentemente, o de pessoas por cômodo e por dormitório são os mais relevantes nesse sentido. O mais significativo entre eles   o número de pessoas por

Tabela 22 – Indicadores de condi es de moradia segundo o percentil da renda familiar per capita

Percentil renda	Cômodos por domicílio	Pessoas por cômodo	Dormitórios por c�modos	Pessoas por dormitório
1+	8,9	0,2	0,2	1,2
5+	8,2	0,3	0,2	1,3
10+	7,8	0,3	0,2	1,3
20+	6,4	0,5	0,3	1,5
30+	5,7	0,5	0,3	1,6
40+	5,3	0,6	0,3	1,7
50+	5,0	0,7	0,4	1,8
-50	4,9	0,7	0,4	2,0
-40	4,8	0,8	0,4	2,0
-30	4,6	0,8	0,4	2,1
-20	4,5	0,9	0,4	2,3
-10	4,6	0,8	0,4	2,2
Total	5,4	0,6	0,3	1,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

cômodo que, no estrato de renda mais baixo, 10%- era de 0,8, quatro vezes mais elevado que no estrato de renda mais rico, 1%+. O número de pessoas por dormitório aparecia em segundo lugar com valores que variavam de 1,2 entre os mais ricos a 2,2 entre os mais pobres.

Finalmente, a disponibilidade de bens como automóvel, telefone e aparelhos eletrodomésticos no domicílio é também indicativa da qualidade de vida desigual das famílias (Tabela 23). Os bens que mais distinguem as unidades domésticas dos estratos mais ricos daquelas dos mais pobres são, por ordem de importância: o aspirador de pó, o freezer, o telefone e o automóvel. Mais uma vez, observa-se que em relação a esses e outros bens, a situação do decil mais pobre é menos ruim do que a do decil imediatamente anterior. No mais rico, 1%, 75,5% unidades domésticas dispunham de aspirador e 52,2% de freezer, enquanto no mais pobre esses percentuais eram respectivamente de 5,9% e 5,2%. Pode-se argumentar que tais bens podem ser considerados supérfluos, na medida em que não são absolutamente essenciais à vida cotidiana e podem, em certa medida, ser substituídos em sua função. O mesmo, no entanto, não pode ser dito do telefone, equipamento absolutamente indispensável para a vida na sociedade atual. Ele estava presente em 92,8% das unidades domésticas do topo da escala de renda, enquanto apenas 9,4% das mais pobres tinham acesso a ele. Quanto ao automóvel¹¹, bem não tão necessário quando se dispõe de um sistema de transportes urbanos adequado, o que não é o caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, estava disponível para 91,4% das famílias do estrato mais rico e para 10,8% das mais pobres. Finalmente, resta mencionar a geladeira, equipamento indispensável, especialmente nas regiões de clima tropical, cuja posse é mais generalizada mas ainda não está disponível para cerca de 20% das unidades domésticas do decil mais pobre.

Tabela 23 – Unidades domésticas por tipo de bem existente no domicílio segundo o percentil de renda familiar *per capita*

Percentil renda	Telefone	Automóvel		Rádio	Geladeira	TV		Freezer	Máquina lavar	Aspirador pó	Total	
		particular	trabalho			pb	cores				%	absoluto
+1	92,8	81,4	10,0	98,4	99,0	24,6	97,6	52,2	76,3	75,5	100,0	3.051
+5	88,2	74,8	8,5	98,5	99,1	23,9	96,9	49,2	75,7	69,3	100,0	15.302
+10	83,2	70,5	8,3	98,4	99,0	24,1	96,3	46,1	74,3	64,3	100,0	28.966
+20	59,0	51,8	7,6	97,7	97,8	24,6	91,4	30,6	61,4	42,7	100,0	31.304
+30	39,6	35,8	5,8	96,9	96,7	29,8	84,1	18,8	45,5	27,4	100,0	26.646
+40	27,3	27,6	5,2	95,9	95,4	34,0	76,7	13,5	34,7	18,7	100,0	29.045
+50	18,4	19,3	3,7	94,9	93,9	39,5	67,1	9,0	24,2	12,2	100,0	28.924
-50	13,3	15,2	3,1	94,3	93,0	44,5	60,8	7,0	18,9	8,7	100,0	27.766
-40	9,9	11,5	2,4	92,9	90,6	48,0	53,0	5,3	13,5	6,1	100,0	28.852
-30	7,5	9,1	2,0	91,7	88,2	52,0	44,9	4,1	10,2	4,3	100,0	29.373
-20	5,2	6,9	1,6	89,6	84,7	55,6	37,0	3,4	7,2	2,9	100,0	29.661
-10	9,4	8,9	1,9	85,1	78,7	50,7	36,1	5,2	10,0	5,9	100,0	29.119
Total	27,4	25,8	4,2	93,7	91,8	40,3	64,7	14,4	30,1	19,4	100,0	289.646

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1991.

O exame das diferentes dimensões adotadas nessa análise inicial da desigualdade social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mostrou que, em todas elas, aparecem algumas variáveis fundamentais para a compreensão do fen meno em questão. Em termos gerais, elas poderiam ser agrupadas em dois níveis. O primeiro diz respeito   estrutura das unidades domésticas, em que o mais importante   o tipo de unidade a que o indivíduo pertence, a fase do ciclo de vida familiar e o número de filhos. O segundo se refere às características dos chefes, entre as quais se destacam a cor, o nível de instru o e a categoria socioocupacional. As características dos outros membros da família parecem não ser tão importantes,   primeira vista, uma vez que nem o número de pessoas que trabalhava na família, além do chefe, nem a participa o dessas pessoas no orçamento doméstico foram suficientes para dar indica oes significativas no que diz respeito   desigualdade entre famílias, embora tenham fornecido alguns elementos importantes para identifica o de suas possíveis estratégias de vida.

Quanto às variáveis relacionadas   qualidade da vida urbana, as que marcavam de forma mais contundente a situa o desigual das famílias de baixa e alta renda eram aquelas relativas   disponibilidade de bens como automóvel e telefone e de equipamentos eletrodomésticos, embora a distribui o de serviços essenciais de infra-estrutura urbana também seja altamente discriminadora.

Todas essas diferenças revelam que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, na última década do século 20, a desigualdade social estava não são atrelada a atributos individuais e familiares que colocavam as pessoas em posi oes desiguais no mercado de trabalho e na estrutura socioecon mica, mas também   qualidade da moradia e ao acesso a serviços básicos de infra-estrutura urbana que deveriam já ter sido universalizados.

Rosa Ribeiro

Socióloga do Departamento de Popula o e Indicadores Sociais do IBGE e doutoranda em Sociologia do IUPERJ.

Notas

* Trabalho para o Grupo Metropoliza o e Governança no 22  Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, outubro de 1998.

1. O  ndice de Gini   uma das medidas mais freqüentemente utilizadas para medir a desigualdade na distribui o de renda. Seu valor varia no intervalo de 0 a 1 e, quanto maior, pior   essa distribui o.

2. Consideramos aqui famílias como conjunto de pessoas que têm entre si relações de parentesco ou dependência doméstica e residem no mesmo domicílio. Embora saibamos que a família está passando por sensíveis transformações e que é possível pensar em arranjos familiares sem, necessariamente, haver coabitação, o Censo Demográfico não nos permite identificar tais situações.
3. Diversos autores, sobretudo a partir da década de 70, analisaram as estratégias de vida familiar seja associada ao tema da desigualdade, da pobreza ou do trabalho. Nessa linha de trabalho destacam-se os de Bilac (1978); Bruschini (1990); Lopes e Gottscalk (1990); Macedo (1979); Montali (1990), Pastore ET alii (1983); Telles (1988) entre outros.
4. Utilizamos o termo unidade doméstica como sinônimo do conceito de família tal como é definido pelo Censo Demográfico, ou seja, conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica, pessoas sozinhas e conjuntos de até cinco pessoas sem ligação de parentesco ou dependência doméstica que morem no mesmo domicílio. Quando se fizer necessário distinguiremos as famílias propriamente ditas, tal como definidas na nota 3, dos outros tipos de unidades.
5. O índice de dependência expressa a razão entre: i) o número de pessoas potencialmente dependentes, isto é, pessoas de menos de 15 anos de idade mais pessoas de 65 anos ou mais, e ii) as que são potencialmente ativas e provedoras, ou seja, aquelas que estão na faixa de 15 a 64 anos.
6. Costuma-se distinguir as diferentes etapas do ciclo de vida das famílias quer pela idade dos filhos, quer pela associação das idades do chefe e da cónyuge, as duas formas levam a resultados semelhantes. Adotamos a primeira delas. Assim, consideramos famílias em fase de expansão aquelas com todos os filhos com idade inferior a 15 anos; família em fase de estabilização aquelas que têm filhos com menos e com mais de 15 anos e famílias em dispersão aqueles em que todos os filhos têm mais de 15 anos.
7. De acordo com dados de Goldani (1991), em 1984, no Brasil, a proporção de famílias chefiadas por mulheres na população branca era de 8,7, enquanto entre os pardos era de 10,7 e entre pretos, 15,2.
8. De acordo com dados da PNAD 1990, o rendimento médio das mulheres chefes era de 2,6 salários mínimos, enquanto o dos homens chefes era de 6,3. Ver Ribeiro et alii (1994).
9. Em 1990, de acordo com dados da PNAD, o rendimento real médio mensal do trabalho principal da população ocupada com rendimento era de 5,4 salários mínimos nas Atividades Sociais; 9,8 no Serviços Financeiros e 5,8 nos Serviços Públicos. Já na Prestação de Serviços era de 2,6; no Comércio de Mercadorias 4,8 e na Construção Civil 3,8. Para maiores detalhes ver Oliveira et alii (1994).
10. Adotamos aqui uma classificação socioocupacional construída pela equipe do Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal do Ippur/UFRJ – no âmbito do projeto “Impactos Metropolitanos do Ajuste e da Reestruturação – o caso do Rio de Janeiro” – 1998. Para construção dessa classificação foram utilizados, além da ocupação, critérios de renda; nível de instrução; posição na ocupação; ramo e tipo de atividade: manual X não manual e supervisão X rotina.
11. Estão englobados nessa rubrica tanto automóveis particulares quanto de trabalho, o que deve aumentar o percentual das famílias mais pobres que dispõe desse tipo de bem.

Bibliografia

- ALMEIDA REIS, J. G. e BARROS, R. P. (1991). Wage inequality and the distribution of education: a study of evolution of regional differences in inequality in metropolitan Brazil. *Journal of Development Economics* (JDE) v. 36, n. 1. July.
- BARROS, R. P. e MENDONÇA, R. S. P. (1993). Geração e reprodução da desigualdade de renda no Brasil. Série seminários, n. 23/93 – IPEA – Diretoria de Pesquisa, Rio de Janeiro.
- BILAC, Elisabete D ria (1978). *Famílias de trabalhadores - estratégias de sobrevivência*. São Paulo, Ed. Símbolo.
- BRUSCHINI, C. (1990). Estrutura familiar e trabalho na Grande São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Funda o Carlos Chagas, n. 72, pp. 39-57, fevereiro.
- GOLDANI, Ana Maria (1994). As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Funda o Carlos Chagas, n. 91, pp. 7-22, novembro.
- LANGONI, C. G. (1973). *Distribui o de renda e desenvolvimento socioecon mico no Brasil*. Ed. Expressão e Cultura.
- LOPES, J. B. e GOTTSCALK, A. (1990). Recessão, pobreza e família - a década pior que perdida. *São Paulo em Perspectiva*, v. 4, n. 1, jan-mar.
- MACEDO, Carmen Cinira (1979). *A reprodu o da desigualdade: o projeto de vida familiar de um grupo operário*. São Paulo, Hucitec.
- MONTALI, L. (1990). Arranjos familiares: o esforço coletivo para viver na Grande São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Funda o Carlos Chagas, n. 72, pp. 58-69, fevereiro.
- OLIVEIRA, J. S. ET alii (1994). Mudanças no perfil de trabalho e rendimento no Brasil. Indicadores sociais: uma análise da década de 1980. Funda o Instituto de Geografia e Estatística, Diretoria de Pesquisas - Rio de Janeiro, IBGE.
- PASTORE, J.; ZYLBERSTAJN, H. e PAGOTTO, C. S. (1983). *Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980* (O que ocorreu com a família brasileira?). São Paulo, Pioneira, Funda o Instituto de Pesquisas Econ micas.
- RIBEIRO, Rosa et alii (1994). "Estrutura familiar, trabalho e renda". In: Silvio M. Kaloustian (org.) *Família brasileira, a base de tudo*. São Paulo, Cortez; Brasília, DF; Unicef.
- SAB OIA, J. (1991). "A Região Metropolitana do Rio de Janeiro na década de 80 – mercado de trabalho, distribui o de renda e pobreza" - Texto para discussão n. 259 – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia Industrial.
- TELLES, Vera da Silva (1988). "Família, trabalho e modos de vida: notas de uma pesquisa sobre trabalhadores urbanos em São Paulo". GT Família e Sociedade, *XII Reunião Anual da Anpocs*,  guas de São Pedro, São Paulo.